



## RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO “EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019”

### INTRODUÇÃO:

A Câmara Municipal de Jupi com o objetivo de dar transparência às suas ações, por parte dessa Controladoria apresentará Relatório Resumido das atividades desenvolvidas, durante o exercício financeiro de 2019.

O Controle interno é amplamente definido como um processo sob a responsabilidade da gestão. Também, de uma organização destinada a fornecer garantia razoável, quanto à consecução dos objetivos organizacionais. E, ainda, em termos de eficácia e eficiência das operações, confiabilidade dos relatórios e cumprimento da legislação e regulamentação aplicável.

### APRESENTAÇÃO:

Em cumprimento ao disposto no Artigo 74 da Constituição Federal, Artigos 54 e 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal que integra a Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2019 e, sobretudo, as determinações da Resolução TC nº 67, de 04 de dezembro de 2019, e, sobretudo, o item 13 do anexo V da aludida resolução.

### **1 – REPASSE DO DUODÉCIMO**

A Constituição Federal dispõe sobre limites de despesas com o Legislativo Municipal. A Emenda Constitucional nº 25 de 14 de fevereiro de 2000, foi promulgada com o objetivo de editar regras e impor limites que deverão utilizar como parâmetros a receita tributária e as transferências constitucionais.

Em obediência ao disposto no Artigo 168 da Constituição Federal, o repasse é sempre realizado até o dia 20 de cada mês, não havendo nenhum registro de descumprimento. O cálculo para o repasse do Poder Executivo ao Poder Legislativo obedece ao Art. 29-A, Inciso I, da Constituição Federal, conforme se segue:



#### Quadro Demonstrativo:

| DISCRIMINAÇÃO                                       | Valor (R\$)       |
|---|-------------------|
| Base de Cálculo para apuração do repasse 2018       | R\$ 22.048.393,86 |
| Valor permitido para repasse em 2019 – 7%           | R\$ 1.543.387,57  |
| Valor repassado pelo Executivo – Duodécimo 2019 (*) | R\$ 128.615,63    |
| Valor mensal repassado em 2019 (01/12) (*)          | R\$ 128.615,63    |
| <b>Valor do Repasse ( + / - )</b>                   | <b>R\$ 0,00</b>   |

(\*) Fonte: Demonstrativos Contábeis.

## 2 – GASTOS COM PESSOAL

Obedecendo ao índice previsto no §1º do Art. 29-A, da Constituição Federal, apresentamos no quadro abaixo os valores gastos com pessoal.

| LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO DO LEGISLATIVO            | Valor (R\$)     |
|--|-----------------|
| Valor repassado pelo Executivo – Duodécimo             | R\$1.543.387,54 |
| Limite máximo de gastos com folha de pagamento - (70%) | R\$1.080.371,28 |
| Total dos Gastos com folha - 2019                      | R\$ 914.806,11  |
| <b>Percentual dos Gastos com Folha</b>                 | <b>59,27%</b>   |

Conforme quadro acima podemos verificar que os valores gastos com Pessoal no Exercício de 2019 estão em conformidade com as determinações legais, atingindo o percentual de 59,27% (cinquenta e nove inteiros e vinte e sete centésimos por cento).

Os comprovantes de pagamento de folha dos subsídios dos Vereadores e o vencimento/remuneração dos demais servidores, encontram-se no Órgão.

## 3 – SUBSÍDIOS DOS VEREADORES

A Constituição instituiu a exclusividade do subsídio, ou seja, de um valor único a ser pago em retribuição aos serviços dos Agentes Políticos. Assim, os Vereadores recebem apenas subsídio, não fazendo jus a qualquer outro tipo de remuneração, excluindo as despesas de caráter indenizatório.



#### **4 – PUBLICAÇÕES LEGAIS DOS RELATÓRIOS**

Os Relatórios de Gestão Fiscal, Balanço Orçamentário e demais relatórios, bem como, os atos administrativos praticados pelo Poder Legislativo foram legalmente formalizados e publicados, obedecendo à legislação pertinente.

#### **5 – CONTROLES DE BENS PATRIMONIAIS**

Os bens patrimoniais, já existentes foram inventariados e os adquiridos até 2019 foram registrados contabilmente de forma que guarda estrita obediência às normas instituídas pela Lei 4.320/64 e suas atualizações.

#### **6 – TESOURARIA**

De acordo com o plano de Cargos da Câmara Municipal de Jupi, consta o cargo de “Tesoureiro” para proceder à guarda e a movimentação dos recursos financeiros, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64 e suas atualizações.

#### **7 – MELHORIA DO PRÉDIO DA CÂMARA**

A Câmara Municipal procedeu melhorias físicas com a aquisição de móveis e utensílios, tais como:

- a) Poltronas estofadas para o Plenário da Câmara, e;
- b) Aquisição e implantação do sistema multimídia para facilitar aos parlamentares e/ou reuniões de terceiros as suas exposições do Plenário.

Alguns serviços e melhorias foram realizados na Câmara Municipal, não havendo necessidade do competitivo público por ser de valor inferior ao limite pré-estabelecido, assim como: pinturas, manutenção do prédio e aquisição de móveis e utensílios.



## CONCLUSÃO:

Elaborado o Relatório Anual, nos aspectos relevantes, voltados para as informações contidas nas demonstrações orçamentárias e contábeis, e os procedimentos operacionais efetuados, no dia a dia pelos servidores.

A responsabilidade do Controle Interno reside, na observância e acompanhamento dos procedimentos operacionais que acompanham os atos e fatos administrativos do Poder Legislativo; avaliamos os resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e as condições para as realizações das despesas totais com pessoal.

Verifica-se, quanto aos valores referentes às contribuições previdenciárias devidas ao INSS, estas foram devidamente recolhidas, como também, ao Regime Próprio de Previdência e, portanto, vê-se que a Câmara Municipal de Jupi se portou com o devido cuidado e responsabilidade, junto aos recursos recolhidos dos servidores e os de contribuição patronal.

Não se constata, nenhuma ação ou omissão do Gestor que implique em instauração de procedimentos para Tomada de Contas no decorrer do Exercício ou mesmo quaisquer outras modalidades de auditoria.

Destacam-se por fim, quanto às atribuições da Unidade de Controle Interno, que todas as atividades desenvolvidas, os relatórios realizados e outras comunicações encontram-se arquivadas, na Câmara Municipal e disponível para análise desse Egrégio Tribunal de Contas.

É o Parecer.

Jupi, em 14 de Fevereiro de 2020.

Dominicia Ferreira Salgueiro  
Controle Interno

1671